

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º
90060/2025, PROMOVIDO PELO HOSPITAL SÃO JOÃO BATISTA**

Pregão Eletrônico n.º 90060/2025

Processo Administrativo n.º 02.051.00003290/2025

ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA. (“ASTRAZENECA”), sociedade brasileira com sede na Rodovia Raposo Tavares, Km 26,9, na cidade de Cotia, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob n.º 60.318.797/0001-00, vem, respeitosa e tempestivamente, por seus representantes, com fulcro no art. 164, da Lei n.º 14.133/2021 e no item 07 do Edital do Pregão Eletrônico n.º **90060/2025** oferecer

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos.

I – TEMPESTIVIDADE

1. De acordo com o quanto disposto no art. 164 da Lei n.º 14.133/2021, o prazo para eventual interessado apresentar Impugnação ao Edital é de até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

2. Em harmonia ao que determina o referido art. 164 da Lei n.º 14.133/2021, o Edital do Pregão em referência estipulou o prazo de 3 (três) dias úteis, anteriores à data fixada para a abertura do certame, qual seja, dia 18 de junho de 2025, às 9h, para que os interessados apresentem impugnação ao instrumento convocatório (cláusula 1.5 do Edital):

- 1.5- Os interessados poderão solicitar esclarecimentos ou formular impugnações acerca do objeto deste Edital ou interpretação de qualquer de seus dispositivos em até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública mediante confirmação de recebimento, no e-mail licitacao@hsjb.org.br, contendo as seguintes informações: Razão Social da Empresa, nome completo da Pessoa Física no corpo do email, CNPJ/CPF, Telefone para Contato, Nome do Responsável pela empresa ou de quem solicitar a informação.

3. Sendo assim, a presente peça, apresentada nesta data, é inequivocamente tempestiva, eis que ofertada rigorosamente dentro do prazo legal, que encontrará o seu termo final em 13 de junho de 2025.

II – FATOS

A/O **HOSPITAL SÃO JOÃO BATISTA**, instaurou procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, a fim de promover o registro de preços do tipo menor preço por item, para aquisição do medicamento **CICLOSSILICATO DE ZIRCÔNIO SÓDICO HIDRATADO 5G - PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL - USO ADULTO**, conforme se verifica do quadro abaixo, extraído do Edital do Pregão Eletrônico n.º **90060/2025**.

07	605559	200	ENV	CICLOSSILICATO DE ZIRCÔNIO SÓDICO HIDRATADO 5G - PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL - USO ADULTO	R\$98,08	R\$19.616,00	EXCLUSIVA MEI, ME E EPP
----	--------	-----	-----	--	----------	--------------	-------------------------

4. Pois bem. Ao proceder à análise do Edital (**Doc. 01**), a Impugnante verificou que foi estabelecida a **exclusividade de participação** para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP), conforme previsão contida nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar n.º 123/2006. É o que se infere das cláusulas editalícias 4.7, abaixo reproduzidas:

4.7- A participação nesta licitação é conjugada, admitindo-se, para os objetos descritos nos itens “13 e 15” do Anexo 01, Termo de Referência, a “participação ampla”, e, para os objetos descritos nos itens “01 à 12, 14 e 16 à 20” a “participação exclusiva” de Microempreendedor Individual/MEI, Microempresas/ME e Empresas de Pequeno Porte/EPP enquadradas nas situações previstas no artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

5. Ocorre que as disposições editalícias acima especificadas tornam o presente procedimento licitatório fadado a deserção/fracasso, na medida em que se destina à aquisição de produto objeto de patente de titularidade desta Impugnante, que não possui em seus quadros de parceria empresa que se enquadre na restrição disposta em Edital autorizada à comercialização do fármaco (art. 42 da Lei n.º 9.279/96¹).

6. Dessa forma, fez-se necessária a apresentação da presente Impugnação, a qual deverá ser integralmente acolhida para que seja sanada a mácula apontada, a fim de garantir o sucesso da licitação

¹ Art. 42. A patente confere ao seu titular o direito de impedir terceiro, sem o seu consentimento, de produzir, usar, colocar à venda, vender ou importar com estes propósitos:

I - produto objeto de patente;

II - processo ou produto obtido diretamente por processo patentado.

conduzida e, conseqüentemente, o fornecimento de medicamentos essenciais à população, como se passará a demonstrar.

III – AUSÊNCIA DE VANTAGEM À ADMINISTRAÇÃO: RESTRIÇÃO EDITALÍCIA QUE NÃO SE COADUNA COM O INTERESSE PÚBLICO

Conforme exposto acima, o Edital do Pregão Eletrônico n.º **90060/2025**, buscando a concretização do ideal disposto nos artigos 4º da Lei n.º 14.133/2021² e 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006³, instituiu a **exclusividade de participação** de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte no procedimento para aquisição de CICLOSSILICATO DE ZIRCÔNIO SÓDICO HIDRATADO 5G - PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL - USO ADULTO

7. Embora referida previsão editalícia esteja em consonância com o objetivo de promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional trazido pelos dispositivos mencionados, a restrição à competitividade causada vai de encontro aos princípios do interesse público, da eficácia e da competitividade, previstos no art. 5º da Lei n.º 14.133/2021⁴, uma vez que induz à deserção/ao fracasso do procedimento licitatório em questão.

8. Repise-se: a comercialização de produtos com patente vigente – como se enquadra o objeto do Edital ora impugnado – demandam autorização do titular da propriedade intelectual (art. 42 da Lei n.º 9.279/96). No caso, a Impugnante, titular da patente do medicamento Lokelma® não possui entre seus parceiros autorizados à comercialização do fármaco empresa que se enquadre como ME/EPP, fato que inviabiliza a participação lícita e eficaz de licitantes aptos a cumprir com as obrigações editalícias do processo licitatório conduzido.

² Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

³ Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

II - poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte;

III - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

⁴ Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do [Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 \(Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro\)](#).

9. Diante desse cenário, entende-se que a estipulação de participação exclusiva de ME/EPP no certame acaba por gerar **desvantagem à Administração Pública**, que se verá conduzindo procedimento fadado a deserção ou fracasso, comprometendo a aquisição de produtos essenciais à população e incorrendo na vedação exposta no artigo 49, inc. III, da Lei Complementar n.º 123/2006⁵.

10. Ainda, há consequente desrespeito ao inc. II do artigo mencionado, na medida em que impossível, diante do quanto supra esclarecido, o preenchimento do requisito de um mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como ME/EPP sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório. Destaque-se, nesse sentido, o quanto já decidido pelo E. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO:

“10.6 Independente da interpretação dada ao limite legal para dar favorecimento às EPP/ME, o art. 49, inciso III, da Lei Complementar n.º 123/2006 determina que **não será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte quando tal tratamento não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.** Logo, o tratamento privilegiado não pode ser generalizado de modo a prejudicar o objetivo da licitação pública, que é selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

10.7 Há de se destacar, ainda, o desrespeito ao inciso II, do art. 49 da LC 123/2006, o qual preconiza que **não se deve conceder o tratamento favorável quando não houver um mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.** Ora, no pregão 2/2016, dos 131 itens em disputa, a empresa vencedora foi a única concorrente em setenta e três desses itens, o que corresponde a 56% dos itens adjudicados (peça 1, p. 205).”

(TCU – Acórdão 6112/2017, Segunda Câmara, Relator Ministro Aroldo Cedraz, j. 04.07.2017) (g.n)

11. Dessa forma, o tratamento diferenciado concedido no presente caso não somente resulta em prejuízo à Administração Pública, como também é indevido, na medida em que inviabiliza a competitividade e pode comprometer a aquisição pretendida, o que, evidentemente, fere o princípio da eficácia e do interesse público. Por outro lado, caso suprimido, garante-se a ampla concorrência e a possibilidade de fornecimento eficaz.

⁵ Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

12. Assim, considerando que **(i)** a exclusividade de licitação para ME/EPP não deve ser aplicada quando não houver vantagem para a Administração Pública; e **(ii)** a manutenção do tratamento diferenciado no caso de produto objeto de patente vigente torna o procedimento licitatório em questão fadado a deserção/fracasso pela ausência de fornecedores que se enquadrem como ME/EPP capazes de cumprir as exigências editalícias, é imperativo que o instrumento convocatório seja reformado para que suprima a participação exclusiva de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

IV – CONCLUSÃO E PEDIDOS

13. Por todo o exposto, requer se digne Vossa Senhoria a receber a presente Impugnação e, ao final, julgá-la procedente, a fim de que determine a reforma do Edital do Pregão Eletrônico n.º **90060/2025** para que suprima a exclusividade de participação de ME/EPP instituída conforme a cláusula 4.7, em respeito aos princípios da competitividade, da eficácia e do interesse público.

Nestes termos, pede deferimento.

São Paulo, 06 de junho de 2025.

ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA.